



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0022/13	DATA: 27/02/2013
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 16h28min	DURAÇÃO: 01h18min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h18min	PÁGINAS: 26	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Coordenador dos Estudos sobre Minerais Estratégicos e Terras-Raras. MAURÍCIO BORATTO VIANA - Coordenador dos Estudos sobre Utilização Múltipla das Águas. CÉSAR COSTA ALVES MATTOS - Coordenador dos Estudos sobre Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual e Lei de Patentes.

SUMÁRIO: Anúncio de criação do Centro de Estudos e Debates Estratégicos, em substituição ao Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica. Debate sobre exploração de minerais estratégicos e terras-raras; utilização múltipla das águas; e inovação tecnológica, propriedade intelectual e lei de patentes.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Boa tarde a todas e a todos.

Dando continuidade aos trabalhos do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, gostaria de dizer que será criado o Centro de Estudos e Debates Estratégicos, que vai substituir o nosso Conselho. Será um fórum de debates e estudos muito mais amplo, apesar de ter um menor número de conselheiros. Serão apenas 11 membros, e nós haveremos de aprofundar as investigações, pois, no mundo globalizado em que vivemos, qualquer crise em um país pode influenciar os demais.

Por isso, instrumentalizar o Brasil para enfrentar o desafio de um mundo globalizado é condição fundamental para prepararmos o País para os novos tempos.

Eu gostaria de dizer que o Centro de Estudo e Avaliação Tecnológica será, sem dúvida, um importante instrumento, não só para discutir os grandes problemas nacionais e internacionais, mas, sobretudo, para formular políticas públicas para o Brasil, fazendo com que o País possa enfrentar as intempéries do mundo moderno que vivemos.

Sabemos que o mundo está em crise, crise esta que atinge toda a Europa, os Estados Unidos — que ainda não saíram da crise —, além de outros países, inclusive o Brasil, que não tem ficado imune a essas repercussões, sobretudo porque, no ano passado, 2012, o País cresceu apenas 1%, ocupando o último lugar na América Latina, com exceção do Paraguai, que vive certa instabilidade política — único país que cresceu menos que o Brasil.

Portanto, criar instrumentos para fazer o País crescer, gerando renda e emprego, é o grande desafio que temos pela frente e condição fundamental para que possamos vencer essas dificuldades.

Se Deus quiser, vamos fazer desse Centro de Estudos e Debates um importante instrumento para avaliar não só essas políticas públicas, mas, sobretudo, para aprofundar os estudos, visando oferecer ao Brasil os instrumentos fundamentais para vencermos essas crises e dificuldades, para que o Brasil volte a crescer e a ser incluído entre os países mais desenvolvidos, até porque já somos a 6ª economia do mundo. E acho que, com essa crise da Itália, o Brasil será a 5ª



economia do mundo. E não só a Itália será ultrapassada por nós, também a Grã-Bretanha.

Por isso, eu tenho certeza absoluta de que o Brasil vai se preparar para esse novo mundo que nós vivemos, e o Centro de Estudos e Debates Estratégicos será, sem sombra de dúvida, um instrumento importante do Poder Legislativo para discutirmos em profundidade todos os assuntos — e não só discutir, mas oferecermos solução para esses problemas. De nada adianta fazermos estudos sem oferecermos soluções. Por isso temos que oferecer soluções para esses problemas.

Gostaria de agradecer a todos aqueles que compartilharam conosco os trabalhos do Conselho, aqueles que fizeram um trabalho extraordinário.

Eu queria citar todos os Parlamentares, de modo geral, mas ressalto sobretudo a figura do Dr. Luiz Henrique Cascellì de Azevedo, nosso Secretário-Executivo, que, através da Consultoria Legislativa, ofereceu importantes trabalhos que fizeram do Conselho um órgão muito respeitado não só dentro da Casa, mas nos meios universitários e em todos os setores da vida científica, da vida universitária e da vida de toda a Nação.

Por isso, Dr. Henrique, receba os nossos cumprimentos, estendendo-os a todos os que fazem a Consultoria Legislativa.

Eu queria dizer que nós temos três estudos que estão sendo realizados, os quais pretendo aproveitar no novo Centro de Estudos. O primeiro é a temática sobre os minerais estratégicos e terras raras. Está sendo trabalhado por uma equipe de consultores coordenada pelo Dr. Paulo Cesar Ribeiro Lima, da área de recursos minerais energéticos, e por Luciana Teixeira e Marcos Pineschi, ambos da área de economia.

Eu queria dizer que o segundo estudo é sobre inovação, propriedade intelectual e patente, porque o Brasil ainda hoje tem poucas patentes. Talvez, no mundo moderno, no mundo do desenvolvimento, são poucas as patentes que o Brasil assumiu, bem como o direito à propriedade intelectual é muito pouco utilizado.

O Coordenador da equipe técnica é o Dr. Cesar Matos, que trabalho com o Maurício Arcoverde e o Fábio Mendes. O Relator dessa matéria no Conselho é o Deputado Newton Lima, que foi Reitor da Universidade de São Carlos por muito



tempo e está hoje em Barcelona, participando de um trabalho, por isso não pode comparecer.

O terceiro trabalho é o estudo do uso múltiplo de águas, tema mais atual do que nunca, porque hoje o Nordeste vive a maior seca dos últimos 40 anos.

Então, os problemas de água no Sul, Sudeste e Centro Oeste já foram resolvidos, mas o problema do Nordeste, Região mais carente do País, ainda não teve solução. E lá temos o segundo maior aquífero do mundo, o Guarani, que é maior do que qualquer outro rio.

Eu quero dizer que eu fiz duas experiências. Perfurei um poço em Najá, onde começa esse aquífero Guarani, há mais de 30 anos e ainda está jorrando. É um poço de mil metros, de água morna, o qual ainda jorra até hoje.

Fiz, também, um poço no sopé da Serra do Araripe, no Município de Bodocó, poço que deu 200 mil litros por hora, com 800 metros de profundidade. Uma vasta região é abastecida por esse poço.

Por isso acredito que podemos aproveitar essa potencialidade hídrica subterrânea no nosso grande Nordeste, condição fundamental para vencermos as dificuldades que cada vez mais se avolumam.

Ninguém estudou mais a seca no Nordeste do que o Ceará, porque naquele Estado a seca começa em Fortaleza e se alastra por todo o território cearense. Enquanto Pernambuco tem a mata norte, a mata sul e o agreste, no Ceará a seca é uma constante. Por isso fizeram um estudo e verificaram que de 13 em 13 anos há um ciclo curto — de um a três anos — de seca; e de 26 em 26 anos há um ciclo maior, de três a cinco anos de seca.

Por isso temos condições de vencer essas dificuldades aproveitando a potencialidade hídrica de nossa região. Quem tem mais água não precisa tanto dela. Eu sempre digo: no Norte está o homem sobre a água; no Nordeste, o homem briga pela água.

Então, precisamos estudar em profundidade esse tema e apresentar soluções para o problema hídrico do nosso Nordeste.

Este trabalho está sendo estudado pelo Deputado Félix Mendonça Junior, que, ao chegar, fará um breve relato.



Passo a palavra ao Dr. Paulo César Ribeiro Lima, Coordenador dos Estudos sobre Minerais Estratégicos e Terras-Raras, para que ele faça uma apresentação sobre o seu trabalho.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Inocêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Paulo César, eu queria dizer que todos aqueles que fazem parte da equipe estão presentes: Paulo Motta, Avanildo, Charles, Taciana, Eliane, Cristiane e Liana. Estão todos presentes, à exceção de Dona Mena Barreto. A única que faltou foi responsabilidade de Luiz Cascelli, pois é a protegida dele. *(Risos.)*

Quero brincar com ele porque, quando ela fez o concurso, era Procuradora aposentada e não queria assumir senão fosse através de um DAS, de um CNE. Por isso tivemos que criar esse CNE para acolhê-la.

Com a palavra o Dr. Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Cumprimento a todos e agradeço pela oportunidade de estar aqui. Cumprimento o Luiz Henrique, Diretor da Consultoria; o Paulo; os Deputados; os colegas presentes; os consultores; os assessores; é sempre uma honra participar do Conselho de Altos Estudos e, agora, do Centro de Estudos Estratégicos.

Vou falar sobre o tema "Minerais Estratégicos e Terras-Raras", que tinha como Relatora a Deputada Teresa Surita. Mas, infelizmente para nós — e talvez felizmente para ela —, S.Exa. foi eleita Prefeita de Boa Vista. Portanto, em não mais sendo S.Exa. a Relatora do tema; estamos aguardando a indicação de um novo Relator.

Mas queria dizer que o tema avançou bastante, pois já fizemos muitos trabalhos.

Essa pilha de papel mostra que, pelo menos, há bastante volume. Se a qualidade é boa, não sei; mas quantidade tem.

Vou passar os estudos que fizemos ao Deputado Inocêncio e ao Paulo. Se o caso, todos esses documentos já estão prontos para serem entregues para o novo Relator.

(Segue-se exibição de imagens.)



O primeiro estudo feito foi intitulado "*Terras-Raras: elemento estratégico para o Brasil*". Uma breve conclusão desse estudo foi a seguinte: o Brasil dispõe de terras-raras, que, de fato, são elementos estratégicos, mas estamos longe de realmente ter uma produção comercial e uma cadeia produtiva de terras raras no Brasil.

O único projeto que acredito vá acontecer no Brasil é o de uma empresa chamada MBAC, em Araxá. Mas é muito importante ficar claro que o fato de uma empresa ter uma jazida, fazer a exploração de terras-raras e simplesmente vender um composto, um concentrado, ou mesmo um óxido, isso vai representar muito pouco para a economia brasileira.

Só para termos uma ideia do mercado de terras-raras, estamos falando de um mercado mundial de 5 bilhões por ano. A indústria do petróleo movimenta 3 trilhões de dólares por ano. Então, por dia, a indústria do petróleo gera muito mais do que essa indústria de terras-raras.

Portanto, o petróleo tem valor e, se o Brasil produz e exporta petróleo, ele vai ter uma grande receita de exportação. Não é o caso de terras-raras. Nós não vamos ter receita com terras-raras.

E o que é importante? Não é apenas que se produzam negócios de terras-raras no Brasil; é fundamental, sim, que se crie uma cadeia produtiva de terras-raras no Brasil.

Então, eu diria que essa é a nossa principal conclusão com relação a esse primeiro estudo.

O segundo estudo teve por objeto identificar como é que se caracteriza um elemento como estratégico, porque o estudo não contempla apenas terras-raras, mas todos os elementos estratégicos.

Entendemos que uma boa matriz poderia ser construída a partir do momento em que identificássemos quais minerais no mundo têm cotas de exportação e impostos de exportação.

Então, ao utilizarmos o exemplo da China, veremos que aquele país tem muitos produtos com cota de exportação e imposto de exportação. Mas não identificamos apenas a China, pois vários outros países também têm cotas de



exportação e imposto de exportação sobre determinados minerais. A partir daí, já começamos a ter uma ideia do que, de fato, é estratégico.

Então, nesse segundo trabalho construímos uma matriz de valor estratégico, listando inicialmente esses materiais ou esses minerais que estão submetidos a essas cotas e a esses impostos de exportação.

Analizamos, para cada um deles, cinco pontos: criticalidade geológica — que está muito associada com escassez geológica —; concentração da oferta; crescimento da demanda; receitas ou lucros advindos da exploração desse bem mineral; e um último item que acho importante e que não costumamos ver aí nessas matrizes, qual seja a importância para o desenvolvimento sustentável.

Então, colocamos aqui baixo, médio e alto para esses itens e, de certa forma, chegamos a dar notas — vamos dizer assim. Esse, por exemplo, recebeu três altas e duas médias; um recebeu quatro altas e uma média.

Portanto, fizemos um *ranking* desses materiais.

Vamos examinar o minério de ferro.

Quanto à criticalidade geológica, é média. Por quê? Porque há reserva de minério de ferro pelo mundo todo e não há concentração da oferta.

No tocante ao crescimento da demanda. O consumo de ferro e de aço no mundo aumenta muito com a produção de carros, de trens. Há grandes demandas nessas áreas de infraestrutura, como portos, navios, plataformas. Então, a demanda de aço no mundo é muito grande e deve continuar havendo o crescimento da demanda. Então, também foi alta a nota nesse item.

Receitas e lucros. A nota foi alta, altíssima. Depois do carvão mineral, o minério de ferro é o que tem o maior mercado mundial, o maior valor de mercado no mundo. E para o Brasil, que tem a maior empresa exportadora do mundo de minério de ferro, é fundamental essas receitas do minério de ferro.

Em relação à importância para o desenvolvimento sustentável, a nota aí já foi média.

Para esse exemplo do minério de ferro, vemos aqui que recebeu quatro notas altas e uma média.



Vamos pegar outro exemplo aqui: o nióbio. O nióbio também teve quatro notas altas e uma média, sendo que é importante, no caso do nióbio, falar da concentração da oferta aqui no Brasil.

Vamos pegar um outro: tungstênio, por exemplo. A nota para a concentração da oferta também é alta. Receitas e lucros, baixa. Importância do desenvolvimento sustentável, baixa.

Então, esse foi o nosso critério.

Depois de identificados esses minerais, analisamos nesse trabalho também como é que está o Brasil em relação a esses minerais. Então, quanto que o Brasil produz e se o Brasil os importa ou exporta. Então, fizemos um trabalho específico para esses minerais estratégicos com o foco no Brasil.

Então, esse é o segundo trabalho que está aqui para ser entregue.

No terceiro trabalho, o foco não foi o recurso, não foi o bem mineral. O terceiro trabalho foi a tecnologia, ou seja, quais tecnologias a gente considera importantes para o futuro, para essa mudança de modelo econômico que a gente pode ter, não é?

Então, a partir das tecnologias, a gente também elencou minerais estratégicos. Como sou da área de energia, talvez eu tenha puxando um pouco a brasa para a minha sardinha. Mas vamos lá.

Turbinas eólicas. A gente acredita que a geração eólica vai ter um grande crescimento no mundo. Está havendo um grande crescimento no mundo, principalmente na China, mas o Brasil também desponta e tem potencial de produção de turbinas eólicas.

Então, no caso das turbinas eólicas, a gente identificou minerais e materiais estratégicos para a construção de turbinas eólicas. E a gente, por exemplo, já destacou, no caso das turbinas eólicas, os ímãs permanentes. Então, os ímãs permanentes são muito importantes, são materiais fundamentais para essas turbinas eólicas grandes e também para as instaladas no mar. E quais, por exemplo, minerais estão associados a turbinas eólicas? O neodímio e o disprósio são fundamentais para a produção de superímãs para as turbinas eólicas.

Então, a gente parte da tecnologia que a gente acha importante e chega nos minerais estratégicos. E a gente fez isso para várias outras tecnologias.



Aqui elencamos os carros elétricos. Eu, particularmente, tenho uma visão de que o mundo — e sou engenheiro mecânico de formação — vai ser cada vez mais elétrico. Os carros vão ser elétricos, o transporte vai ser elétrico. Eu acredito que daqui a 40 anos, 50 anos, pode ser até que acabem os motores de combustão interna — que era disciplina do meu curso de Engenharia Mecânica — para veículos pequenos. Para navios e caminhões, talvez, a gente continue com os motores de combustão interno. Mas os carros, na minha visão, tendem a ser elétricos no futuro.

E aí, no caso dos carros elétricos, há dois componentes importantes nos carros, que são os motores e as baterias. Quanto aos motores, é óbvio que haverá um grande consumo de cobre. Então, o cobre passa a ser material estratégico. No caso de baterias, há vários materiais estratégicos, minerais estratégicos. O lítio, por exemplo, é fundamental para essas baterias de íons de lítio; no caso no anodo da bateria, a grafita é importantíssima. Então, listamos aqui minerais estratégicos para os carros elétricos.

Há uma outra tecnologia que, principalmente no Brasil, não tem grande desenvolvimento: as células fotovoltaicas. Atualmente, o custo para a geração de energia em parques, em grandes unidades, é inviável, mas já é viável pelo menos em nível de geração distribuída de energia.

Então, são pequenas placas fotovoltaicas espalhadas para autoconsumo e até para injeção na rede. Aí, nas células fotovoltaicas, hoje, um mineral que é importantíssimo é o silício. Mas a gente vê uma transformação muito grande nesse setor, e novos materiais estão surgindo para as células fotovoltaicas. Então, por exemplo, o telúrio, que é um mineral que poucas pessoas conhecem, é importantíssimo numa nova tecnologia de painel de células fotovoltaicas, que são as tecnologias de filme fino. Então, o índio, o gálio, enfim, vários materiais estão associados a essas células fotovoltaicas. Há uma série delas aqui.

Eu não vou passar todas as imagens, mas temos aqui um estudo em que a gente parte das tecnologias que a gente considera importantes para o futuro e faz uma associação dessas tecnologias com os minerais estratégicos, não é?

Para mim ficou muito claro que a gente precisa ter um plano estratégico para se construir o futuro de um país, não é? E nesses estudos todos de minerais estratégicos, eu identifiquei que a China realmente tem uma visão estratégica.



Então, a China tem uma cadeia produtiva, e ela parte do princípio que é o seguinte: “*Eu tenho os recursos minerais.*” A China, assim como o Brasil, tem recursos minerais. Talvez o Brasil tenha até mais do que a China. Mas a China também tem importantes recursos minerais. Ela identifica o que é estratégico, o que ela tem no seu próprio território; o que ela não tem ela vai buscar por meio de aquisições de direitos minerários em qualquer parte do mundo. Aí, ao se a rastrear a China, começamos a ver, por exemplo, que o cobre é importantíssimo, porque ela chega na África e começa a comprar direitos de produção de cobre. O minério de ferro é importantíssimo; ela vem ao Brasil e compra direitos minerários aqui no Brasil.

Então, quando se começa a rastrear as compras da China, também se chega a determinados minerais estratégicos. Por quê? Porque ela está buscando no mercado externo.

No mercado interno chinês, a gente identifica como sendo estratégicos alguns minerais. Por quê? Porque ela estabelece cota de exportação e imposto de exportação. Então, por exemplo, terras-raras, vamos pegar, por exemplo, o disprosio. Se alguém for comprar da China, vai haver uma cota. A China estabelece cota e garante que qualquer empresário que instale uma empresa na China vai ter a matéria-prima, vai ter o óxido de disprosio na China. Se ele constrói uma fábrica aqui, no Brasil, ou nos Estados Unidos, ele não vai ter garantia de fornecimento, porque aí vai valer o mercado, a regra de mercado. O Brasil, por exemplo, não tem cota de exportação. Então, produz-se aqui... Vamos dizer que a gente venha, em 2016, a produzir óxido de disprosio. Se não se tem cota de exportação, quem pagar mais no mundo leva. A China não; ela estabelece cota e garante o suprimento de qualquer indústria que se instale lá, e ainda tem a obrigatoriedade de fazer uma *joint venture* com uma empresa chinesa.

O Japão ficou então numa situação complicada, não é? Ele precisava de óxido de terras-raras, por exemplo. Qual foi a solução do Japão? Ir à China. Então o Japão foi à China onde instalou fábricas, com *joint ventures* chinesas.

Outra forma também de se dar um diferencial para a indústria chinesa é cobrar imposto de exportação. Então, novamente como exemplo, o disprosio. Se a China vende, a empresa que compra vai pagar, por exemplo, 25% de imposto. Então, aquela matéria-prima para o empresário, para a indústria que compra fora da



China, vai ficar em desvantagem comparativa. Ele vai perder competitividade em relação ao produtor dentro da China.

Então, a China tem grandes recursos, busca fora o que não tem, tem uma política de cotas e de impostos, tem uma garantia de suprimento e atrai indústrias para o território chinês. O

Outra diferença grande da China em relação ao Brasil é a questão tecnológica. Os investimentos chineses nos institutos de pesquisas, nas universidades, são gigantescos. Então, a China tem indústria, ciência, tecnologia, matéria-prima. Então, a China está praticamente se tornando imbatível.

Hoje, se formos comparar esses itens que citei aqui, dessas tecnologias que foram levantadas aqui... Por exemplo, as melhores baterias... As células fotovoltaicas ainda não, ainda é a Alemanha, mas, pelos investimentos que vem fazendo, a China está caminhando para passar até a Alemanha. Se não é o país líder tecnológico, está se aproximando. No caso de superimãs, a China tem 70% do mercado. Ainda não tem a qualidade do Japão, o segundo, mas tem a maior parte do mercado. Já é o segundo em termos de tecnologia também.

Então, a gente tem que olhar muito a China. E foi olhando muito a China que foi produzido esse estudo aqui. Este aqui é bem grande mesmo, um estudo gigantesco sobre a China. Então, fala-se aqui de todos os minerais estratégicos, da indústria na China, da posição relativa da China no mundo. Temos, então, outro trabalho aqui muito grande sobre a China.

Outro trabalho foi feito basicamente pela Luciana — até a convidou para falar um pouco sobre o contencioso. Houve esse contencioso de terras-raras na OMC. A Luciana poderia dar uma palavrinha sobre esse trabalho.

A SRA. LUCIANA TEIXEIRA - Esse trabalho veio muito por conta de uma restrição das exportações de terras-raras feita pela China. A partir de 2005, a China começou a impor cotas de exportação e finalmente por volta de 2011 essas cotas de fato representaram uma restrição a esse mercado, porque já não absorvia a demanda pelas terras-raras e isso trouxe um aumento de preço muito grande dos minerais estratégicos, em particular das terras-raras chinesas.

Este quadro reflete os preços, como eles evoluíram, como, por exemplo, o do óxido de lantânio e outros óxidos. Houve um aumento substancial dos preços.



Então, considerando esse cenário, os Estados Unidos e outros países impuseram uma disputa na OMC, um contencioso, e ainda se aguarda qual vai ser o seu resultado. Eles alegam, nesse contencioso, restrições às exportações das terras-raras, tungstênio e molibdênio, impostas pela China, e os Estados Unidos alegam incompatibilidade com algumas disposições da OMC. Entre elas estão essas restrições quantitativas, as próprias cotas de exportação que vão contra os princípios da OMC, a imposição de tarifas de exportação, as restrições ao direito de exportar. Eles têm um sistema de preços mínimos de exportação e uma exigência de exame e aprovação dos contratos de preço.

Isto fere várias regras inclusive infringe alguns dispositivos do GATT, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Então, frente a esse cenário, houve o contencioso ainda sem resultado, mas tudo indica que ele será favorável aos países que o impuseram. Digo isso porque já houve outro contencioso sobre outras matérias-primas minerais em que Estados Unidos e outras partes saíram vitoriosos.

Então, frente a essa situação, a gente pode vislumbrar alguns cenários para as terras-raras. Se houver ou não a liberação dessas cotas, o que pode acontecer? Um desses cenários seria justamente o mercado chinês voltar a inundar o mercado mundial.

Hoje, o que acontece? Com preços mais elevados, várias minas foram reabertas — inclusive a mina americana foi reaberta, mas produz ainda muito pouco. Por outro lado, isto pode inibir a reabertura de minas e a produção desses minerais estratégicos pelo resto do mundo, o que faz com que a China então ganhe e se estabeleça no mercado de forma ainda mais marcante.

Além desses cenários, vários outros aparecem nesse trabalho. De qualquer forma, é interessante a gente ver como o mercado de terras-raras está sujeito à influência e ao que acontece na China. Acho muito importante a gente acompanhar o resultado desse contencioso para saber também como é que o Brasil vai se posicionar frente ao que vier acontecer na OMC.

Obrigada.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Outro trabalho foi uma nota técnica sobre o novo imposto mineral criado na Austrália. A Austrália criou um imposto sobre o carvão mineral e sobre o minério de ferro, muito parecido com a participação



especial que a gente tem hoje no setor petrolífero. É um imposto sobre a receita líquida. É uma ótima inspiração para o Brasil, no caso do minério de ferro.

Feitos esses trabalhos, a Relatora...

(Não identificado) - Esse imposto criado na Austrália é um imposto federal que abrange tudo ou é um imposto regional?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - É federal. O *royalty* na Austrália, diferentemente do Brasil, é estadual, mas o imposto sobre a renda é federal. Como a intenção com esse imposto era fazer uma política pública nacional... Foi por isso que se decidiu criar. Se se cria um *royalty* adicional tipo participação especial, aí seria estadual. Então, esse imposto é federal.

No Brasil, a gente não tem esse problema porque o bem é da União, e o *royalty*, apesar de uma parte ser repassada para Estados e Municípios, é arrecadado pela União. A parte realmente dos Estados é considerada uma receita originária, até uma receita patrimonial originária, mas é um bem da União.

Feitos todos esses estudos, a Deputada pediu que a gente elaborasse uma minuta de projeto de lei. Foi feito o projeto de lei, que basicamente é o seguinte: esses minerais considerados estratégicos, mas que geram baixas receitas, não vão financiar grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento em construção de cadeia produtiva. Por quê? Porque o tamanho do mercado, o valor do mercado é muito pequeno.

Quem tem que financiar toda essa indústria de minerais estratégicos são os minerais de altos lucros, de altas receitas, como é o minério de ferro.

Então, esse projeto de lei criou uma taxação bem parecida com a da Austrália. Esse projeto foi assinado pelos membros do Conselho de Altos Estudos ou grande parte deles — Bonifácio de Andrada, Félix Mendonça, Jaime Martins, vários Deputados o assinaram.

Foram feitas viagens. Temos aqui relatórios de viagem. E aí vem a pergunta: o que vamos fazer daqui para a frente? Nós, consultores, entregamos aqui esse material todo. É a nossa contribuição, um diagnóstico da situação. Estive conversando com o Paulo esta semana... É muito importante este momento, quando a gente tem condições de ir a um debate público.



Da mesma forma do estudo anterior sobre o rumo ao novo marco legal do setor mineral, a gente tem a intenção de fazer um seminário aberto na *TV Câmara*. Da mesma forma do outro seminário, vamos chamar as pessoas, muitas delas foram visitadas por nós, para um debate público e aberto. Essas pessoas vão ser convidadas a elaborarem textos sobre o assunto.

Vamos ter ao final desse seminário aberto na *TV Câmara* os textos dos convidados. O nosso texto está sujeito a alterações. Num debate público, a gente pode rever tudo que foi dito aqui, pode alterar. Então, existe um trabalho de revisão de todos esses textos, existe um trabalho de consolidação e de agregação das contribuições desses convidados externos que vão participar do seminário.

Portanto, na nossa visão o quanto antes realizarmos esse seminário melhor. Podemos fazer essa consolidação e mandar o trabalho para publicação.

Em relação ao projeto de lei, penso que é muito importante, e não só em relação ao projeto de lei, mas no seminário aberto, na consolidação desses trabalhos todos, a participação de um Deputado Relator. Ele vai ser fundamental, porque a gente poderá elaborar um novo projeto de lei, com mais foco ainda em minerais estratégicos, e incluir a consolidação desse material.

O SR. COORDENADOR (Deputado Inocêncio Oliveira) - Inscrições para fazer perguntas. Tem a palavra o ilustre Deputado José Humberto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Quero cumprimentar aqui o Deputado Inocêncio Oliveira, os demais colegas e a equipe do Conselho de Altos Estudos pelo brilhantismo do trabalho.

Eu gostaria, e havia me manifestado antes, de me candidatar à relatoria. Eu tenho um interesse específico. Sou Deputado de Minas Gerais. Minha formação é de engenheiro mecânico. Apesar de estar há anos fora do ramo, tenho um interesse especial nesses assuntos, e, com todo respeito a outros que possam postular, eu gostaria de colocar o meu nome como candidato a Relator desse estudo, Deputado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu gostaria de dizer ao nobre Deputado José Humberto que a vaga de Relator desse trabalho será destinada ao novo membro do Centro de Estudos e Debates Estratégicos.



Então, não vamos escolher agora, porque podemos correr o risco de em escolhendo agora ele não fazer parte do Centro de Estudos e se V.Exa. continuar poderá assegurar. Agora é preciso ver a relação do Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Inclusive está presente aqui o representante do Deputado Newton Lima, Sr. Laurez Cerqueira, trazendo mensagem do Deputado sobre o estudo em fase final e das razões da sua ausência, uma viagem oficial, em Barcelona, na Espanha. Por isso eu queria justificar a ausência do ilustre Deputado Newton Lima.

Do mesmo modo que no Conselho, no Centro de Estudos e Debates Estratégicos, se ele não mais estiver fazendo parte, ele não vai poder concluir o trabalho; outro terá que concluir.

Do mesmo jeito que o trabalho do Centro de Aproveitamento da Água nas suas múltiplas utilidades será o Deputado Félix Júnior, se S.Exa. fizer parte do Centro de Estudos e Debates Estratégicos, vamos ter que substituir.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Uczai, agradecendo a presença dos Deputados, do nosso querido José Linhares que está sempre firme, do nosso Jaime Martins, Relator de matérias importantes, como o marco regulatório dos minerais, do Deputado José Humberto também sempre presente e do nosso Deputado Pedro Uczai que fez um dos melhores trabalhos sobre energias alternativas no Brasil.

Quero agradecer a todos pela presença e dizer da minha grande satisfação se V.Exas. vieram a participar do próximo Centro de Estudos e Debates Estratégicos.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Quero cumprimentá-lo Deputado Inocência Oliveira, os demais colegas Parlamentares e os assessores. Um dos espaços estratégicos, até do ponto de vista pessoal de nos realizarmos como Deputados aqui, é o do Conselho de Altos Estudos.

Fico feliz de ver aqui o Paulo socializando um dos estudos que deverá pautar estrategicamente o futuro do Brasil. Por onde caminha o Brasil, por onde vamos construir os principais elementos tecnológicos em várias cadeias produtivas, vai estar também a área mineral, energética e assim por diante.

Por isso estou muito à vontade para parabenizá-lo. Desde o ano passado temos feito essa discussão. Acho que os desafios deste ano vão além dos estudos,



além da publicação; eles vêm criar esse novo ambiente na sociedade brasileira na construção dessa nova cadeia produtiva.

Temos que criar um ambiente junto às políticas governamentais, junto aos órgãos de pesquisa, junto à sociedade brasileira, porque, para a maior parte da população, falar em terras-raras é tão raro que ninguém sabe o que é.

Nas tabelas periódicas, na Química que aprendemos na escola, não se faz associação alguma de que um aerogerador tenha terras-raras, que o toque do celular tenha terras-raras e assim por diante.

Então, é preciso ter esse ambiente político e social para fazer uma nova agenda estratégica do Brasil. Não é possível, para a História do Brasil, com todas as condições e conhecimentos que temos hoje, abdicar disso e deixar a China tomar conta do mercado mundial num setor tão estratégico, sendo que nós temos matéria-prima, temos um País continente e temos potencial tanto para o mercado interno quanto para o externo.

Agora estou como Presidente da Frente Parlamentar das Ferrovias. Hoje vamos discutir novamente a relação com a China e propor uma visita àquele país para conhecer suas experiências ferroviárias, como fizemos na Europa.

A China acaba sendo, em setores estratégicos de energia, ou de terras-raras, ou na área mineral, ou no setor de infraestrutura... Para pensar um País como o Brasil, nós temos que ousar, efetivamente contribuir e não ficar de joelhos perante nenhum país do mundo. Temos que construir nossa estratégia. É nisto que temos que pensar.

Por isso, acho que este ano é mais do que só fazer, como o Paulo está fazendo, de forma tão brilhante, a apresentação de uma proposta legislativa difícil de ser tramitada, se nós não tivermos ambiente na sociedade e no Governo que permita ver esse assunto como estratégico, que vai voltar em dinheiro, em orçamento, em ciência, em pesquisa, em novos cursos nas universidades brasileiras, para pensar a construção de um ambiente dessa cadeia produtiva e econômica, sabendo que antecede a cadeia produtiva um ambiente que permita a tomada de decisão.



Já estava muito feliz quando a Teresa acabou, por felicidade, elegendo-se Prefeita. Desde o ano passado, eu acompanhava esse tema. Quando estava em transição para ir ao seu Município, ele dizia: *“Não deixem de avançar nesse debate.”*

Quero falar aqui de três pontos de encaminhamento.

Primeiro, pensar uma política estratégica para o País, discutir e apropriar-se dos textos, além de parabenizar os assessores e consultores aqui; segundo, pensar os novos textos para ver quem pode contribuir do ponto de vista nacional e internacional, novos textos que possam ser socializados; terceiro, realizar — e eu concordo com esse encaminhamento — um seminário nacional. Tenho dúvida de que um seminário nacional dê conta da complexidade desse tema e do ambiente que queremos construir.

Acredito que só daremos passos na área das ferrovias quando conseguirmos fazer seminários macrorregionais e inserir governos, empresariado e universidades. Criou-se um debate para nacionalizar vários temas, inclusive traçados da Norte/Sul. Se não tivéssemos realizado determinados seminários, não haveria nem o traçado definido até o Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, porque originalmente vinha até Estrela d'Oeste, em São Paulo. Depois, foi para Panorama e agora vai até o Porto do Rio Grande.

Então, esse tema, por ser tão complexo por um lado, mas tão estratégico por outro... Eu defendi, ano passado, a tese de que os temas do Conselho de Altos Estudos pudessem ser construídos não por um único Deputado, como era tradicionalmente... Eu defendia — e essa relação com a Teresa foi a primeira experiência que construímos — que mais Deputados participassem por tema, e por duas razões; a primeira é porque quem coordena o tema fica empolgado, participa e se envolve com os consultores, e, segundo, os Deputados que não coordenam temas ficam poucos motivados.

Minha proposta para este ano é que cada tema do Conselho de Altos Estudos passem a ter um, dois ou três coordenadores. Assim todos os Deputados irão participar de um tema, o que, para mim, qualifica melhor o Conselho e garante uma participação mais ativa de todos os membros do Conselho nesses temas tão urgentes, quase para ontem, como o desse caso aqui.



Eu mesmo fui estudar a área energética da China. Fiquei 13 dias lá. É o que você disse, Paulo, não tem jeito: ou reagimos e construímos uma nova política estratégica para o Brasil ou vamos ser engolidos.

Só uma tática comercial pode destruir as empresas — é um absurdo nós imaginarmos isso —, se tomar determinadas decisões na OMC ou determinada decisão de um país.

Sr. Presidente, eu me estendi um pouco, mas quero me colocar à disposição de continuar debatendo esse tema. Fico feliz quando mais Deputados se colocam à disposição e também de participar do Conselho. A minha bancada, em princípio, vai manter o meu nome aqui para participar. Não tem nenhuma outra discussão. E, se tiver que referendar, eu quero ser parceiro do Conselho nessa estratégia, e eu a defendi no ano passado, ou seja, a de mais Deputados participarem de cada tema para viabilizar os debates político e estratégico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o ilustre Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sr. Presidente, quero dizer da alegria de mais uma vez estar aqui com todos os companheiros, todos os Parlamentares, assessores e consultores que fazem parte deste Conselho e com V.Exa. presidindo os trabalhos.

Quero apenas ter uma visão estratégica no tempo dessa transição do Conselho de Altos Estudos para o Centro de Estudos Estratégicos. Este Conselho termina suas atividades esta semana ou na semana que vem? O Centro já foi criado? O projeto de resolução já foi aprovado? Como é a previsão legal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - O Centro de Estudos e Debates Estratégicos foi aprovado por unanimidade na reunião da Mesa e na reunião de líderes. O Estatuto do Centro preparado por nós também foi aprovado por unanimidade apenas com um adendo: qualquer partido pode indicar uma pessoa que não seja Deputado, mas preferencialmente Deputado. Espero que todos sejam Deputados. Seria melhor.

Em relação à tese do nosso querido Pedro Uczai, pretendemos usar muita coisa do Conselho de Altos Estudos, sobretudo porque vamos desenvolver no



máximo quatro estudos de uma vez. Como seremos 11, nós poderemos — se fôssemos 12 — designar três para cada estudo. Acho que todos poderiam participar, o que seria muito importante. Somos apenas 11, comigo 12, posso participar também, a gente pode escolher três em cada tema. Eu me candidato a esse das águas. Gosto muito das águas. *(Risos.)*

Passo a palavra ao Deputado Jaime Martins. Depois quero fazer umas perguntas ao ilustre Deputado e ao consultor Paulo César.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sr. Presidente, na próxima semana vai ser implantado o Centro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Hoje vai ser votada a urgência. Deve ser votado hoje.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Deve ser votado hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Hoje, possivelmente hoje. Se não for hoje, será amanhã.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sendo votado, a criação vai depender então da publicação que levará mais alguns dias. É isto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Só da publicação.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Publicação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Então, talvez na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Na próxima semana, será convocada reunião do Centro de Estudos e Debates. Se não for, será do Conselho mais uma vez.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Os partidos teriam que fazer as indicações? É isto? Os partidos fariam as indicações? Seria um Parlamentar por partido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É um Parlamentar por partido. Só pode ser um por partido. Espero que V.Exa. esteja aqui.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - *(Risos.)* Eu vou fazer força. Eu não sei se existe incompatibilidade entre a minha presença e a sua, porque somos do mesmo partido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Não, mas eu sou Presidente.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - E naturalmente o senhor tem toda preferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Não, não tenho nada a ver com isso. Eu sou Presidente, viu, não tenho nada a ver com isso. O partido indica. Não tenho nada a ver com isso.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - O.K. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu queria perguntar ao Dr. Paulo César o seguinte: em termos de terras-raras e minerais estratégicos, quantos são produzidos no Brasil com viabilidade econômica? Vale a pena frisar: com viabilidade econômica.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Hoje a produção de óxido de terras-raras está concentrada na China — é praticamente um monopólio. Noventa e sete por cento da produção de óxido é na China. Existe a MOLYCORP, uma empresa que está voltando a produzir nos Estados Unidos, mas a produção ainda está pequena. Existe também uma empresa chamada LYNAS, na Austrália, que está extraíndo um concentrado na própria Austrália, que está extraíndo um concentrado na própria Austrália e está instalando uma unidade de processamento na Malásia, mas ela tem enfrentado problemas ambientais na Malásia. Então, nós praticamente ainda vivemos um monopólio da China com essa pequena produção da MOLYCORP.

O que temos hoje de mais concreto no Brasil? Nós não temos produção comercial, o que existe foi um plano de avaliação econômica da MBAC, que já fez os testes de produção de óxido de terras-raras em bancada. Essa parte de extração do minério — eles chamam de lixiviação ácida e depois de precipitação de sais — foi feita em bancada com sucesso. Agora eles vão ter que ir para uma planta piloto. Então, a ideia neste ano é começar a operação de uma planta piloto. E produção comercial no Brasil só em 2016, no melhor cenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Em 2016. Quanto o Brasil importa da China em terras-raras?



O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - O Brasil, óxido mesmo, basicamente é o óxido de cério de lântanio, que é utilizado nas unidades de FCC da PETROBRAS, que é a unidade de craqueamento catalítico, e também para escapamento de carros, para craqueamento catalítico em escapamento de carro. Então, são esses dois óxidos que o Brasil importa.

A grande preocupação que surgiu no Brasil não foi propriamente quanto ao óxido de terras-raras. A grande preocupação que surgiu no Brasil foi com a importação dos ímãs permanentes. A China estava com dificuldade em atender o mercado mundial de ímãs permanentes. Então existem duas empresas no Brasil que são muito importantes no mercado nacional e que são grandes. A principal empresa no Brasil de motores elétricos é a WEG, e a WEG precisa muito de ímãs permanentes para os motores elétricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Qual é?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - A WEG, de Santa Catarina. E existe a EMBRACO, que é a Empresa Brasileira de Compressores, que o motor elétrico também precisa desses ímãs. A notícia que a gente tem é que essas empresas estão sendo atendidas pela China, mas quando a situação começou a ficar meio complicada, a área de pesquisa e desenvolvimento da WEG começou até a migrar para outros tipos de motores que não precisassem de ímãs permanentes. Mas isso tecnologicamente é um atraso, porque os motores são mais leves, têm menos manutenção, são mais eficientes. Agora a grande cadeia produtiva em que nós poderíamos pensar no Brasil era justamente para ímãs permanentes, que é um mercado muito importante, para os aerogeradores, para carros elétricos, para motores elétricos, para geradores elétricos. A gente tem uma proposta até de criação realmente de uma empresa estatal, ou então de uma "EMBRAPA" na área de cadeias produtivas de minerais estratégicos, ou até não só de minerais estratégicos, pode ser mais amplo. Porque o que veio aí, uma EMBRAPI, mas para mim não está claro qual o objetivo do Governo com essa EMBRAPI, se ela é uma organização social, enfim, para mim não ficou claro. Para falar a verdade, eu particularmente não gosto do modelo dessa EMBRAPI, que seria uma Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial, mas não é uma empresa pública. A proposta nossa aqui é a criação de uma empresa pública. Assim como existe a EMBRAPA, que é



uma empresa pública, vai haver uma EMBRAPI, que seria uma empresa pública. Mas essa não tem sido a visão do Ministério de Ciência e Tecnologia, não. É uma OS e eu tenho muitas restrições em relação ao modelo dessa OS que está sendo proposto no Brasil. Com uma empresa dessa, essa empresa, sim, pode viabilizar a cadeia produtiva e fazer toda essa coordenação. E depois que a tecnologia estiver dominada, fazer como na China: o Estado incentivou, integrou, coordenou, desenvolveu a tecnologia. O Brasil tem muitos empresários competentes para serem realmente produtores, mas o empresário chegar só pelo mercado e produzir ímãs permanentes no Brasil, a probabilidade, na minha visão, é zero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero saber do meu amigo, Paulo César — muito mais que um consultor, também é meu amigo — o seguinte: aquele empresário que estava investindo em Montes Claros.

O SR. PAULO ANTÔNIO MOTTA DOS SANTOS - Araxá.

O SR. LUIZ HENRIQUE CASCELLI DE AZEVEDO - Araxá.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Araxá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Em Araxá, sobre terrarara, ele prosseguiu seus estudos?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - A MBAC é a empresa que tem como Presidente, como Chefe Executivo, o Sr. Antenor Silva. Ele veio aqui. A gente até intenção, nesse debate público, na *TV Câmara*, de convidá-lo novamente.

Essas informações que eu passei — hoje a gente está na fase dessa planta piloto e entrando em escala comercial em 2016 — é justamente por meio daquele empresário que veio aqui, o Antenor Silva.

Então, ele, no momento, é o único que realmente acredito que vá ter uma produção comercial significativa de óxido de terras-raras. Há outra empresa que já produz ferro nióbio, em Araxá, que também saiu na imprensa a notícia de que ela estaria produzindo óxido de terras-raras, que é a Companhia Brasileira de Mineração. Mas a gente não ouviu mais falar, tentou fazer contato. Se estiver produzindo, é coisa insignificante. Agora, a MBAC é para valer.

A gente acompanhou bem o Antenor Silva e a MBAC. E a gente vê que é um empresário agindo sozinho. Não é impossível para o empresário brasileiro, como o Antenor Silva, produzir o óxido de terras-raras. O que digo que é impossível só o



mercado produzir ímã permanente. Quanto ao óxido de terras raras, ele vai produzir, vai exportar, vai ganhar dinheiro, vai ter uma taxa de retorno altíssima, mas quem vai produzir o ímã permanente, com certeza, não vai ser no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero agradecer ao Dr. Paulo César e à nossa Luciana Teixeira, que fez uma belíssima apresentação.

Mais uma vez, Dr. Paulo César mostra seus grandes conhecimentos sobre os assuntos da atualidade brasileira. (*Palmas.*)

Quero passar a palavra agora ao consultor César Costa Alves Mattos, que é o coordenador dos estudos sobre inovação tecnológica, propriedade intelectual e lei de patentes. S.Sa. tem a palavra, por 10 minutos.

O SR. CÉSAR COSTA ALVES MATTOS - Na verdade, nem vim preparado para falar, mas terminamos uma sistematização dos vários seminários que fizemos no ano passado. Quer dizer, foram seminários bastante ricos. Tanto Brasília, quanto Campinas, Rio de Janeiro, São Paulo contaram com a academia, contaram com setores do Governo, enfim, setores empresariais.

No final das contas, estamos com essa sistematização basicamente feita, que é sobre questões apresentadas pelo Deputado Newton Lima acerca de problema de propriedade intelectual no Brasil.

Essa sistematização foi entregue a um Deputado e à equipe do Deputado, que agora está fazendo uma avaliação, e, na verdade, estamos para nos reunir, Laurez, para fazer um apanhado sobre as questões principais.

Agora, acho que é o momento de avaliar quais são as ações concretas, em termos de projeto de lei, em termos de resoluções, enfim, outras coisas do Poder Executivo, inclusive de política de patentes. Há um ganho, um conjunto de propostas baseadas em boa parte nos pesquisadores, de fato, que estão na linha de frente das dificuldades que eles fazem de como implementar a propriedade intelectual. E estamos a um passo de completar esse trabalho.

Então, na verdade, gostaria de não precisar usar todo o meu tempo aqui. Não sei se o Laurez tem alguma coisa a falar sobre esse ponto em que vocês estão.

O SR. LAUREZ CERQUEIRA - Como o César já disse, seis seminários foram feitos. Essa primeira parte foi a consolidação de todos os debates. Há mais uma parte, que é a parte de artigos. Agora, nessa parte que está comigo e com o Pedro



Paranaguá, que também é assessor da Casa, estamos em uma faixa de 170 páginas, que é realmente o estudo que a gente aprofundar mais ainda. É exatamente a questão de inovação tecnológica e biotecnologia, que foi objeto do último seminário.

Então, a gente está prevendo por volta da segunda semana de abril a entrega desse material. Depois a gente volta a se reunir. O Deputado Newton Lima volta semana que vem. Terça-feira ele estará aqui. Eu já vou propor a ele uma reunião para a gente ter uma rodada de conversa para já finalizar esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Obrigado.

Queria passar agora a palavra ao Maurício Boratto, que está fazendo um estudo sobre a utilização múltipla das águas.

O SR. MAURÍCIO BORATTO VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Luiz Henrique, Paulo, colegas aqui do Conselho de Altos Estudos, da Consultoria, demais presentes, é algo contrário desses dois trabalhos que foram apresentados agora. O nosso ainda está em um estágio inicial. Então, o que eu tenho para apresentar aqui, rapidamente, é apenas mais um plano de trabalho do que resultados já obtidos.

Qual é o objetivo desse estudo? O objetivo é o seguinte: há 15 anos, o Brasil teve uma nova lei de Política Nacional de Recursos Hídricos, que trouxe, praticamente, uma revolução. Significou uma revolução na gestão das águas do Brasil. Por que eu falo isso? Porque as águas, até então, eram administradas por Municípios, por Estados. A partir do advento dessa lei, elas passaram a ser geridas, então, por bacia hidrográfica, que é, logicamente, uma coisa muito mais do ponto de vista biológico, social, ambiental. Ela é uma lógica mais perfeita do que quando é gerida por Municípios, Estados ou pela União.

Essa lei, a Lei nº 9.433, de 1997, começou a ser implantada logo após a sua edição. As reclamações que a gente escuta por aí é que ela está muito lenta, que os seus instrumentos estão custando para ser implantados. Então, é exatamente por isto: porque ela fez agora, no ano passado, 15 anos, a gente decidiu desenvolver esse estudo para saber o que essa lei tem de bom, quais os gargalos que ela está enfrentando para que possa ser efetivamente implantada.



O que essa lei trouxe de novidade? Ela estipulou que a água é um recurso limitado de domínio público e dotado de valor econômico. Quer dizer, na medida em que se dá valor econômico a um bem, passa-se a praticamente exigir que as pessoas valorizem o seu uso, que usem com maior parcimônia. A gestão, então, passou a ter como prioridade o consumo humano e a dessedentação de animais. A unidade de gestão passou a ser a bacia hidrográfica. Então, tem-se desde grandes bacias hidrográficas de rios federais até bacias menores, que podem ser de rios estaduais. Essa gestão, além de ser descentralizada, ela passou a ter a colaboração não só dos órgãos públicos, mas também dos usuários e da sociedade civil.

Só por aí, a gente já começa a perceber porque ela está atrasando tanto para ser implantada em todo o País, exatamente pelo caráter democrático que ela tem.

Quais são os instrumentos que ela previu? São basicamente esses cinco instrumentos. Os planos de recursos hídricos, ou seja, aquelas diretrizes gerais de como será feita essa gestão de recursos hídricos, o enquadramento dos campos de água. Ou seja, em que classe eles entram, existem aquelas classes de uso especial, classe 1, classe 2, dependendo dos usos preponderantes ou de acordo com os usos que se queira dar à água naquela bacia, então ela é enquadrada.

A outorga, que é exatamente quando o Governo Federal ou Estadual dá o direito de que os usuários captem essa água para utilização, seja água superficial, seja água subterrânea. A cobrança, que é aonde se quer chegar no final das contas. Quer dizer, se outorga, mas quer cobrar daqueles usuários para que aqueles recursos arrecadados sejam aplicados na bacia. E cada bacia tem suas peculiaridades, cada bacia vai ter aplicação distinta ou aplicações semelhantes em bacias semelhantes e o sistema de formação sobre recursos hídricos.

No que a gente pensou de início? Como desenvolver esse estudo? A primeira coisa a fazer seria levantar todos os projetos de lei que tramitam na Casa que tenham a ver com os recursos hídricos.

Em primeiro lugar, saber o que está rolando que pretende modificar essa lei de recursos hídricos. Essas modificações são boas, são ruins? Isso já foi feito e, lógico, periodicamente atualizado.

Em segundo lugar, a gente resolveu trazer aqui para o Conselho pessoas que sejam especialistas em cada um desses instrumentos. Inicialmente, pessoas do



poder público, depois pessoas da sociedade civil e dos usuários, para que a gente possa ter o quê? Uma opinião sobre o que pode melhorar nessa lei e o que esta Casa poderia contribuir para isso.

Por enquanto, houve apenas três palestras: o Sr. Antonio Félix falou, de forma geral, sobre esses instrumentos da lei; o Sr. Giordano Bruno falou sobre a cobrança especificamente; e o Sr. José Luiz Zoby falou sobre os planos de recursos hídricos. Todos esses três pertencem à ANA, que é a entidade nacional que gere os corpos d'água federais.

O que se prevê no primeiro semestre deste ano é que sejam chamadas outras pessoas, tanto do setor público quanto da sociedade civil, da CNI e de vários outros setores de usuários de água. Cada um virá aqui para expressar: *"Isso aqui para mim está ruim. Isso aqui pode ser melhorado. Isso aqui está funcionando legal"*, exatamente para a gente poder ter essa visão das várias partes a respeito da aplicação desta lei.

Uma vez encerradas as palestras, o que se pretende fazer? A gente pretende fazer um apanhado geral dessas contribuições. A gente pode até seguir a ideia do Paulo e talvez fazer um seminário para discutir outros aspectos que não foram discutidos aqui.

No final das contas, a gente quer ter uma publicação, mas não só a publicação, a gente quer também o aperfeiçoamento da lei. O objetivo principal aqui é o quê? Que esta Casa Legislativa possa contribuir para o aperfeiçoamento de uma lei que dela veio. É uma lei que ficou aqui sendo discutida há muitos anos, é uma lei inovadora, mas ela requer algum tempo para se implantada, e é isso que está ocorrendo.

Só para vocês terem uma ideia, não está ali, mas hoje em dia existem apenas cinco bacias de rios federais que já estão na etapa final, na etapa de cobrança. Quer dizer, é muito pouco em vista de todas as bacias que existem no País. Há algumas bacias também de rios estaduais, às vezes até mais antigas do que essa. Mas, de qualquer forma, se a gente comparar países como a França, por exemplo, estamos num estágio atrasado, mas estamos andando. E eu acho que cabe a nós, a esta Casa Legislativa, sabermos o que podemos fazer para melhorar a aplicação desta lei.



Basicamente é isso. Como eu falei, é mais um planejamento de ações. Logicamente, também com a participação dos senhores, podemos dar os direcionamentos juntamente com o Relator, de acordo com o que acharmos que seja mais importante para o aperfeiçoamento da lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Gostaria de agradecer ao consultor César Mattos, ao Dr. Maurício Arcoverde, ao Fábio Mendes da equipe inovação tecnológica, propriedade intelectual e patente a exposição, bem como ao coordenador Maurício Boratto, que fez uma belíssima exposição e muito didática.

Eu concordo em grau, gênero e número em que a Lei nº 7.473, de 1997, foi a evolução para a sua época. Mas ela hoje já está com 26 anos.